

---

## Maior ataque contra a advocacia brasileira foi o destaque da semana

No maior ataque à advocacia registrado no país, a 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro ordenou na quarta-feira (9/9) o cumprimento de 50 mandados de busca e apreensão em escritórios e casas de ad. A ordem assinada pelo juiz Marcelo Bretas é baseada na delação do ex-presidente da Fecomercio do Rio de Janeiro, Orlando Diniz.

Diniz já havia sido preso duas vezes e tentava emplacar um acordo de delação desde 2018, mas o trato só foi firmado, segundo a revista *Época*, depois que ele concordou em acusar grandes escritórios de advocacia. Em troca do testemunho aos procuradores da operação 'lava jato', o delator foi libertado e ganhou o direito de ficar com US\$ 1 milhão depositados no exterior.

A investida foi justificada, segundo o MP, pelo fato de que os pagamentos feitos pela Fecomércio aos escritórios coincidiram com "aquisições de carros e imóveis de luxo no país".

Um dos principais alvos do consórcio fluminense da 'lava jato', o advogado Cristiano Zanin enxergou na espetaculosa operação um ataque frontal e uma tentativa de retaliação. "É público e notório que minha atuação na advocacia desmascarou as arbitrariedades praticadas pela 'lava jato', as relações espúrias de seus membros com entidades públicas e privadas e sobretudo com autoridades estrangeiras. Desmascarou o lawfare e suas táticas", afirmou Zanin em entrevista à **ConJur**.

O ataque gerou forte reação da comunidade jurídica. A Corregedoria Nacional da OAB enviou [ofício](#) ao Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro; à Polícia Federal; e o Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio para que forneça, no prazo máximo de 15 dias, acesso integral dessas investigações, "para subsidiar a análise do caso".

## Conjur



STF é contramajoritário e não pode ser submetido à opinião pública, diz Haddad

Superior Tribunal de Justiça garante regime aberto para pequeno traficante

Bretas determina cumprimento de 50 mandados de busca contra advogados

Lewandowski determina aplicação de cotas para negros já nas eleições de 2020

Segunda (7/9)

Terça (8/9)

Quarta (9/9)

Quinta (10/9)

Restrição ao benefício de alíquota zero no Simples é constitucional

Justiça do PR não é competente para todo caso de corrupção

Decisão de Bretas é retaliação e ataque à advocacia, diz Zanin

Justiça nega pedido para anular posse remota de deputados do Rio

Outro destaque importante foi a decisão da 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que concedeu Habeas Corpus coletivo para proibir que juízes e desembargadores da Justiça de São Paulo apliquem regime fechado a presos enquadrados no parágrafo 4º do artigo 33 da [Lei 11.343/2006](#) (Lei de Drogas). Aos que já cumprem pena nessa situação, o Judiciário paulista deve fazer a devida correção.

## TV CONJUR

Veja o que foi publicado no nosso [canal do YouTube](#):

[TV ConJur entrevista Fernando Haddad](#)

[TV ConJur entrevista Cristiano Zanin](#)

[Proteção de dados: regulação e accountability](#)

## FRASE DA SEMANA

**“Alguns grupos de poder que não desejam arcar com as consequências de suas próprias decisões acabam por permitir a transferência voluntária e prematura de conflitos de natureza política para o Poder Judiciário, instando os juízes a plasmarem provimentos judiciais sobre temas que demandam debate em outras arenas”**,

---

## ministro Luiz Fux em seu discurso de posse como presidente do Supremo Tribunal Federal para o biênio 2020-2022.

NA



Em entrevista à ConJur, o ex-prefeito de São Paulo, ex-

ministro da Educação e candidato derrotado na eleição de 2018 **Fernando Haddad falou** sobre a feitura de nossas leis, das questões legais e da política nas operações do mundo do Direito e do poder.

Crítico óbvio do consórcio da "lava jato" em Curitiba, cobrou um sistema de autocorreção que, para ele, não existiu na autodenominada força-tarefa. "Estabeleceu-se um projeto político-partidário que resultou na ida do Moro para o ministério de Bolsonaro, com pretensões, inclusive, de se candidatar a presidente ou a uma vaga no STF."

"Isso que precisa ser assumido pelo sistema de Justiça para o bem do próprio sistema de Justiça. Não será pecado nenhum. Ao contrário, se o Supremo reconhecer a [suspeição](#) de Moro, isso é para o bem da história do Brasil. Vai enaltecer a imagem do país fora, de que é um país sério, que sabe corrigir seus erros. É para isso que o Estado tem freios e contrapesos."

### RANKING

## Audiência

De 04 a 10/9



**2.7 milhões**

número de visualizações  
de página na ConJur



**1.4 milhões**

número de visitantes  
na página

Fonte: Google Analytics

Com **85 mil** acessos, a notícia mais lida da semana fala sobre a informação

do jornalista **Reinaldo Azevedo** que, em sua coluna na *Folha de S.Paulo*, explica que foi condenado indenizar o procurador **Deltan Dallagnol**, na quantia de R\$ 35 mil. A juíza que assina a decisão é **Sibele Lustosa Coimbra**, mulher de **Daniel Holzman Coimbra**, amigo de Deltan Dallagnol e colega dele na "força tarefa" de Curitiba. Veja a [certidão de casamento](#) de Sibele e Daniel.federais, exigida pela legislação e normativas da Receita Federal. Diante da recusa, pleiteou na Justiça a concessão de medida liminar determinando a lavratura da escritura.

O [atalho](#) do Juizado também foi o tiro certo de Dallagnol para condenar a União por supostas ofensas do ministro Gilmar Mendes.

A segunda notícia mais lida da semana com **68 mil** leituras fala sobre a decisão da 6ª Turma do STJ que proibiu juízes e desembargadores da Justiça de São Paulo de aplicar o regime fechado a presos enquadrados no parágrafo 4º do artigo 33 da [Lei 11.343/2006](#) (Lei de Drogas).

### As dez mais lidas

[Mulher de amigo de Deltan condena Reinaldo Azevedo](#)

[HC coletivo garante regime aberto para pequeno traficante](#)

[Perda da função implica banimento de qualquer cargo público, diz STJ](#)

[Acórdão condena advogado a indenizar sucessores de aposentada](#)

[Desembargadoras suspendem audiências virtuais em ações trabalhistas](#)

[Comunhão parcial de bens e instrumentos da profissão](#)

[Ministra do TST proíbe Correios de descontar salários durante a greve](#)

[Pagamento de honorários a advogados públicos é constitucional, diz STF](#)

[Meio jurídico repudia ataque orquestrado contra escritórios de advocacia](#)

[TJ-SP vai disponibilizar servidor para auxiliar magistrado em casa](#)

### **Manchetes da semana**

[É possível majorar honorários em recurso se há sucumbência recíproca](#)

[Perda de mandato por improbidade administrativa tem efeito imediato](#)

[Processo contra Dallagnol no CNMP deve ser retomado](#)

[Reconhecer os abusos da "lava jato" fará bem à Justiça, diz Haddad](#)

[STF é contramajoritário e não pode ser submetido à opinião pública](#)

[Falência não impede redirecionamento de execução fiscal](#)

[HC coletivo garante regime aberto para pequeno traficante](#)

[Bretas determina cumprimento de 50 mandados contra advogados](#)

[Comunidade jurídica repudia ataque orquestrado contra advogados](#)

[MP do Trabalho não tem legitimidade para atuar no STJ como parte](#)

[Lewandowski manda aplicar cotas para negros nas eleições de 2020](#)

### **Date Created**

12/09/2020